EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE {{RAZAO}}

{{NOME}}, já qualificado nos autos, vem, respeitosamente, por meio de seu advogado (documento de procuração anexo), com escritório profissional na {{ENDERECO}}, protocolizar a presente PETIÇÃO INICIAL DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS, com base nos fatos e fundamentos jurídicos a seguir expostos:

I. DOS FATOS

No dia {{DATA}}, o requerente procurou a clínica médica {{RAZAO}} para, TRATAMENTO DE UMA DOENÇA. No entanto, durante o atendimento, houve ERRO NO DIAGNÓSTICO, o que resultou em AGRAVAMENTO DA DOENÇA,.

O requerente buscou, em vão, uma solução amigável com a clínica, que se recusou a reconhecer o erro e a reparar os danos causados (anexar documentos que comprovem as tentativas de diálogo).

II. DO DIREITO

Conforme o Código Civil, em seu artigo 186, aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito. Além disso, o artigo 927 do mesmo diploma legal estabelece a obrigação de reparar o dano causado.

Diante disso, a requerente tem direito à indenização pelos danos morais sofridos, bem como ao reembolso de eventuais despesas adicionais decorrentes da negligência.

III. DO PEDIDO

Por todo o exposto, requer:

a) A condenação da requerida ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R${{VALOR}};

c) A condenação da requerida ao pagamento de honorários advocatícios;

d) Outros provimentos que o Juízo entender necessários.